

## Ordem das disciplinas:

**Direito Administrativo**  
**Direito Constitucional**  
**Direito Eleitoral**  
**Língua Portuguesa**

## QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

**01-** Os mesários serão nomeados, de preferência, entre os eleitores da própria seção, e, entre estes, os diplomados em escola superior, os professores e os serventuários da Justiça. Segundo a doutrina, um mesário é um exemplo de qual tipo de agentes públicos?

→ Honoríficos.

**02-** Considerando que ato administrativo é a declaração jurídica do Estado ou de quem lhe faça, que tenha como finalidade resguardar; adquirir; modificar; e, declarar direitos ou obrigações aos administrados, é correto afirmar que:

→ há relação de verticalidade na avocação de competências, pois a lei estabelece a possibilidade de avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

**03-** Considerando os poderes que norteiam à atuação da Administração Pública, tem-se que o poder:

→ de polícia, ainda que seja essencialmente discricionário, está sob controle de legalidade do Poder Judiciário.

**04-** Constitui direito aplicável tanto ao servidor público (estatutário), quanto ao empregado público (celetista):

→ remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal.

**05-** Constitui atributo do ato administrativo:

→ a imperatividade, caracterizada pela sua imposição unilateral de obrigações a terceiros.

**06-** Assinale a alternativa que não se refere às características dos órgãos públicos.

→ Possuem personalidade jurídica.

**07-** Cedência é o ato através do qual o prefeito municipal coloca o servidor público à disposição de órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos e sem subordinação administrativa com o município. Sobre esse assunto, analise as assertivas abaixo:

- I. Só é permitida a cedência de servidor efetivo e estável, ressalvadas as exceções legais.
- II. O prazo máximo da cedência será de um ano, não podendo haver renovação.
- III. A cedência de servidor é considerada de efetivo exercício, não gerando prejuízo quanto às vantagens e adicionais decorrentes do tempo de serviço público.

Assinale a CORRETA:

→ Apenas I e III.

**08-** Afrânio, servidor de determinado Conselho de Fiscalização Profissional, se deparou com a seguinte afirmação em um processo administrativo tramitando perante o órgão: “O Conselho, dada sua natureza de autarquia, tem personalidade jurídica de direito privado, necessitando de registro de seus atos constitutivos perante a repartição competente. Sua criação decorre de lei específica, visando à prestação de serviço público específico”. Sobre a assertiva sob análise de Afrânio, é correto afirmar que se encontra:

→ equivocada, no ponto em que menciona que tem personalidade jurídica de direito privado e que necessita de registro de seus atos constitutivos.

**09-** De acordo com as normas dispostas na Constituição Federal de 1988, Murilo foi nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. É garantido constitucionalmente a Murilo:

→ Murilo somente adquirirá estabilidade após a realização de avaliação especial de desempenho por comissão instituída especificamente para essa finalidade e, caso seja declarada a desnecessidade do seu cargo depois de adquirida essa condição, ele será posto em disponibilidade até seu adequado aproveitamento, recebendo, durante esse período, remuneração proporcional ao tempo de serviço.

**10-** Sobre a matéria das licitações e contratos administrativos conforme prevista na Lei Federal nº 8.666/1993 e jurisprudência correlata, analise as afirmativas a seguir.

- I. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- II. A contratação direta, quando não caracterizada situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, gera lesão ao erário (dano in re ipsa), na medida em que o poder público perde a oportunidade de contratar melhor proposta.
- III. A alegação de nulidade contratual fundamentada na ausência de licitação não exime o dever de a Administração Pública pagar pelos serviços efetivamente prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, quando comprovados, ressalvadas as hipóteses de má-fé ou de haver o contratado concorrido para a nulidade.

Está correto o que se afirma em:

→ I, II e III.

**11-** Considerando o teor da Lei n.º 8.112/1990, ao servidor em estágio probatório, não poderá ser concedida licença:

→ para capacitação.

**12-** Considerando a Lei n.º 8.112/1990, o servidor que for demitido ou destituído de cargo em comissão poderá retornar ao serviço público federal, mesmo que tenha cometido:

→ insubordinação grave em serviço.

**13-** Os contratos administrativos são submetidos aos princípios e regras gerais de direito público, especialmente de direito administrativo, e possuem as seguintes características, EXCETO:

→ Os contratos devem ser cumpridos tal como escritos, não havendo possibilidade de modificação unilateral de suas cláusulas.

**14-** Sobre revogação, anulação e convalidação dos atos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, o direito da administração de anular e revogar seus próprios atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários:

→ decai em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, a exceção das situações flagrantemente inconstitucionais, que não se convalidam com o mero decurso do tempo. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

**15-** Considerando que os poderes da Administração Pública são instrumentos para o cumprimento de sua finalidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. A avocação e delegação de competências são institutos próprios do poder regulamentar.
- II. O poder interno não permanente ligado à possibilidade da Administração aplicar punições a seus agentes é o poder hierárquico.
- III. O poder no qual há a verificação do mérito administrativo, pelo agente público, é o poder discricionário.
- IV. O poder em que o agente público não avalia critérios de oportunidade ou conveniência para a prática do ato administrativo, e segundo o qual o agente deve executar o ato em estrita conformidade com o disposto na lei, é o poder vinculado.

Nos termos determinados pela doutrina sobre o direito administrativo, está correto o que se afirma em:

→ III e IV, apenas.

**16-** Os componentes do governo, nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação, para o exercício de atribuições constitucionais, são denominados:

A) agentes políticos.

**17-** Quando uma empresa concessionária que realiza um ato que está expressamente proibido pelo contrato firmado com o Estado é penalizada, está sendo exercido o poder:

→ disciplinar.

**18-** A direção superior da Administração Pública Federal é uma competência:

→ privativa do presidente da República, que a exerce com o auxílio de seus ministros de Estado.

**19-** A Administração Pública concedeu a Marcelo particular, determinada licença. Porém, após a concessão constatou-se que ele não preenchia integralmente os requisitos legais necessários. Considerando a natureza do vício identificado e, independente do tempo decorrido entre a constatação do vício e a concessão da licença, o caso fictício narrado trata-se de hipótese de:

A) Vício de legalidade, cabendo a anulação do ato, sendo passível de controle judicial.

**20-** São formas de retirada do ato administrativo do ordenamento jurídico, exceto o que se afirma em:

→ Extravio.

**21-** O poder disciplinar é um dos poderes administrativos essenciais para que a Administração Pública possa manter a ordem, a moralidade e a eficiência de seus serviços. Sobre o poder disciplinar, analise as proposições abaixo e após assinale a alternativa correta:

- I. O poder disciplinar apenas se aplica a agentes públicos, não alcançando contratados nem particulares em qualquer circunstância.
- II. O poder disciplinar é exercido com base na autoexecutoriedade, permitindo que a Administração Pública aplique sanções sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário.

→ Apenas a proposição II está correta.

**22-** As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são entidades privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades de interesse do Estado. Assinale a afirmativa correta sobre qualificação de tais entidades.

→ A simples qualificação não confere à entidade o direito de receber incentivos do Poder Público, devendo as OSCIPS, posteriormente, firmar termo de parceria com a Administração Pública, passando, a partir de então, a contar com incentivos públicos.

**23-** Tendo em vista que as autarquias são consideradas, para efeitos processuais, como Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta sobre as características processuais de tais entidades.

→ No que se refere às autarquias, o prazo prescricional, ou lapso de tempo para que um particular ajuíze uma ação contra as entidades autárquicas, é de cinco anos.

**24-** O poder de polícia constitui-se na faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso, o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. (MEIRELLES, 2020.). De acordo com os atributos do poder de polícia, NÃO se constitui em uma de suas características:

→ Regressividade: capacidade que visa impedir danos ao interesse público por meio de medidas repressivas.

**25-** Sobre organização administrativa, assinale a afirmativa CORRETA.

→ A criação de uma autarquia profissional configura espécie de descentralização do serviço público por meio de outorga.

**26-** O Direito Administrativo realiza de forma direta, concreta e imediata os fins desejados pelo Estado e definidos pelo Direito Constitucional. Nesses termos, assinale a alternativa INCORRETA.

→ Serviço público é uma atividade prestacional que gera para a coletividade uma comodidade ou utilidade, titularizada, com ou sem exclusividade, pelo Estado, criado por lei, com objetivo de atender as necessidades coletivas, submetida ao regime exclusivamente privado.

**27-** Considerando os princípios e fundamentos teóricos do direito administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

→ De acordo com o de jurisdição única (Sistema Inglês) o controle do ato administrativo é realizado pela Administração Pública. Excepcionalmente, o Poder Judiciário poderá realizar o controle em casos de atividade pública de caráter privado, ações ligadas ao Estado e a capacidade das pessoas, propriedade privada e repressão penal.

**28-** Acerca dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que, nos atos vinculados:

→ não há margem para aplicação da revogação.

**29-** Na hipótese de determinado servidor público federal estável retornar ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo, ocorre provimento de cargo público denominado:

→ recondução.

**30-** O Ministério do Trabalho e Previdência, que compõe a administração pública federal, é:

→ órgão público despersonalizado.

**31-** O mérito pode ser compreendido como “a margem de liberdade que os atos discricionários recebem da lei para permitir aos agentes públicos escolher, diante da situação concreta, qual a melhor maneira de atender ao interesse público”.

→ Refere-se a um juízo de conveniência e oportunidade, constituindo-se núcleo da função típica do Poder Executivo.

**32-** José é um servidor público federal ainda em estágio probatório, aprendendo sobre as normas presentes na lei nº. 8.112/90. Assim, para ajudá-lo, foram listadas uma série de regras. Observe as assertivas relacionadas a algumas regras quanto aos deveres do servidor público. Preencha os parênteses com (V), caso a assertiva seja verdadeira e (F) caso a assertiva seja falsa.

( ) Cumprir as ordens superiores, sem exceção;

- ( ) Ser leal às instituições a que servir.
- ( ) Tratar sem urbanidade as pessoas.
- ( ) Atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas ressalvado o horário.
- ( ) Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.

→ F-V-F-F-V

**33-** Conforme a Lei nº. 8.112/1990, conceder-se-á ao servidor licença, EXCETO:

→ por prêmio por assiduidade.

**34-** Nos termos da Lei nº. 8.112/1990, a respeito dos adicionais, observe as assertivas a seguir:

- I. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.
- II. O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.
- III. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte, terá o valor/hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 60 minutos.
- IV. A partir da solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.
- V. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Assinale a alternativa CORRETA:

→ Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.

**35-** Analise as afirmativas abaixo com relação ao Direito Administrativo.

- 1. Os princípios que norteiam a atuação da administração pública estão todos subordinados ao princípio da legalidade, erigido pela Constituição Federal como cláusula pétrea.
- 2. São princípios que regem a administração pública expressos na Constituição Federal de 1988: legalidade, moralidade, publicidade, imutabilidade e eficiência.
- 3. A administração pública pode estar sujeita tanto ao regime jurídico de direito privado quanto ao regime jurídico de direito público.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas CORRETAS.

→ É correta apenas a afirmativa 3.

**36-** Sobre Direito Administrativo, analise as afirmativas abaixo.

- I. O Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.
- II. Função administrativa consiste no dever do Estado, ou de quem aja em seu nome, de dar cumprimento, no caso concreto, aos comandos normativos, de maneira geral ou individual, para a realização dos fins públicos, sob regime jurídico prevalente de direito público e mediante atos ou comportamentos passíveis de controle.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA.

→ As afirmativas I e II estão corretas

**37-** Sobre Direito Administrativo leia as afirmativas abaixo.

- I. Administração direta compreende as pessoas jurídicas políticas, isto é, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e órgãos que integram tais pessoas por desconcentração, sem personalidade jurídica própria, aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas.

II. II. Autarquia é uma forma de Administração indireta e significa comando de si mesmo ou direção própria.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA.

→ As afirmativas I e II estão corretas

38- Os Atos Administrativos têm atributos. \_\_\_\_\_ é um atributo em que os fatos alegados pela Administração Pública presumem-se verdadeiros. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

→ Presunção de veracidade

39- O atributo do ato administrativo que permite que ele produza efeitos jurídicos, independentemente da concordância do destinatário, é a:

→ imperatividade.

40- Ângela, servidora pública federal estável, foi demitida de seu cargo. Inconformada, ajuizou demanda judicial que determinou sua reinvestidura ao cargo anteriormente ocupado. Com base na Lei 8.112/1990, a situação relatada é caso de:

→ reintegração e, se o cargo anteriormente ocupado por Ângela tiver sido provido, o seu atual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

## QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

**01-** Conforme a Constituição Federal, incumbe ao Poder Público:

- I. Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- II. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

→ Os itens I e II estão corretos.

**02-** Considere que Marcos é Presidente da Câmara dos Deputados. Diante desta informação, é CORRETO afirmar que Marcos:

→ Pode ter nascido no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que eles não estivessem a serviço de seu país.

**03-** Marcos, filho de dona Maria, é traficante de entorpecentes há anos e utiliza a casa de sua mãe para guardar sua mercadoria e fazer algumas transações de venda. A polícia, amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, invadiu a casa de dona Maria em determinada noite, sem mandado judicial, sob a certeza de que Marcos seria surpreendido em flagrante delito naquele momento, o que de fato ocorreu. De acordo com a previsão constitucional e posicionamento dos tribunais superiores sobre o asilo inviolável do indivíduo, assinale a afirmativa CORRETA.

→ A polícia agiu dentro das prerrogativas legais, uma vez que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial é lícita em caso de flagrante delito, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões.

**04-** Para aprovação de Lei Orgânica, que rege o município, é necessário:

→ aprovação por 2/3 dos membros da Câmara Municipal.

**05-** O Município X foi fortemente atingido pelas enchentes que acometeram o Estado A, no qual está inserido. Em resposta, o Prefeito Municipal decide propor um projeto de lei à Câmara Municipal, o qual versa sobre a aplicação de multas por poluição do meio ambiente, decorrente da emissão de fumaça por veículos automotores no perímetro urbano, a fim de evitar novas tragédias climáticas. Antes de encaminhar o projeto à Câmara Municipal, o Prefeito consulta um Procurador Municipal, o qual, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deverá responder que o referido projeto é:

→ Constitucional, pois a matéria se insere no interesse local do Município, o qual também pode complementar a legislação federal e a estadual no que couber.

**06-** Considerando-se os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais presentes na Constituição Federal, assinalar a alternativa INCORRETA:

→ Participação nos lucros, ou resultados, vinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

**07-** Considerando-se o disposto na Constituição Federal sobre as competências da União, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) Declarar a guerra e celebrar a paz.

- ( ) Administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.
- ( ) Evitar a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e proibir monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições.

→ C - C - E.

**08-** O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

→ o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

**09-** Com a Constituição Federal de 1988 o município alcançou o status de ente federativo da República Federativa do Brasil. Acerca das competências do município assinale a alternativa correta.

→ legislar sobre a proteção ambiental por ser de interesse local, ainda que deva respeitar as previsões de diretrizes gerais da legislação federal.

**10-** Os direitos sociais são essenciais para promover a igualdade e o bem-estar na sociedade brasileira. Em conformidade com a Constituição Federal, são considerados direitos sociais, EXCETO:

→ Esporte.

**11-** O alistamento eleitoral e o voto, de acordo com a Constituição Federal, são facultativos para:

- I. Os analfabetos.
- II. Os maiores de sessenta anos.
- III. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Estão CORRETOS:

→ Somente os itens I e III.

**12-** Considerando que na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, em seu Capítulo II – Dos Direitos Sociais, estão relacionados os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, assinale o CORRETO.

→ Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

**13-** Com fulcro no que disciplina a Constituição Federal de 1988 sobre os direitos sociais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao servidor público que labore em jornada reduzida de trabalho é permitido o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário-mínimo.
- II. É permitido o trabalho ao menor a partir dos quatorze anos na condição de aprendiz.
- III. São direitos da trabalhadora rural: seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; fundo de garantia por tempo de serviço; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- IV. O salário-família é pago a todo trabalhador urbano ou rural, em razão da quantidade de dependentes.

Está CORRETO o que se afirma em:

→ II e III, apenas.

**14-** Os direitos e garantias fundamentais são os direitos humanos positivados na Constituição; o direito protege algo, um bem tutelado pelo Estado, e a garantia assegura que esse bem tutelado será protegido

conforme o ordenamento jurídico vigente. Considerando a aplicabilidade das normas observadas na Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que:

→ O direito à proteção dos dados pessoais é garantia fundamental, prevista expressamente na CF, dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no país.

15- Pelo disposto no Art. 5º, inciso II da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, é CORRETO afirmar que:

→ O dispositivo explicita o princípio da legalidade, estando alguém obrigado a fazer ou deixar de fazer algo somente se houver previsão legal.

16- A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, estabelece que: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social; para alcançar seus objetivos, a seguridade será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da Lei, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de determinadas contribuições. Sobre tais contribuições, é INCORRETO afirmar que:

→ Serão incidentes ao empregador, apenas sobre a folha de salários.

17- Em relação à organização do Estado à luz da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. É assegurada a iniciativa popular para a apresentação de leis municipais de interesse local, mediante a manifestação de, ao menos, 5% do eleitorado.
- II. Os recursos minerais do subsolo são de propriedade do município em que forem encontrados.
- III. Não são parte da composição da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil os territórios federais.
- IV. De acordo com a Constituição Federal, estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é competência legislativa e concorrente de todos os entes federados.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

→ I e III.

18- Assegurada pela Constituição Federal, a liberdade de associação decorre da manifestação de vontade dos indivíduos que se agregam para a realização de um propósito em comum. A prerrogativa de que goza o indivíduo para se comprometer com sócios em prol de uma mesma finalidade deve, todavia, respeitar os limites a todos impostos de igual forma coletivamente. Sobre tal direito individual, na forma do texto constitucional:

→ em nenhuma hipótese alguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

19- Arquimedes, advogado do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, foi convidado para ministrar palestra em evento do órgão, cujo tema é “a liberdade de profissão prevista na Constituição Federal de 1988”. Em pesquisa sobre o assunto, se deparou com as seguintes assertivas em certo artigo jurídico publicado na internet:

- I. Eventual legislação que verse sobre condições para o exercício das profissões é privativa da União.
- II. É legítima restrição legislativa ao exercício profissional quando indispensável à viabilização da proteção de bens jurídicos de interesse público igualmente resguardados pela própria Constituição, de que são exemplos a segurança, a saúde, a ordem pública, a incolumidade individual e patrimonial.
- III. O Exame de Suficiência para exercício da profissão é exemplo de restrição legítima ao exercício da profissão, sendo possível, contudo, que lei estadual venha a dispensar a necessidade de sua realização para atuação de contadores em seu âmbito territorial, tendo em vista a autonomia conferida aos entes federativos pela Carta Magna.

Está CORRETO o que se afirma em:

→ I e II, apenas.

**20-** A Constituição da República, em seu Art. 5º, XXXVI, dita, expressamente, que a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito. Podemos conceituar “ato jurídico perfeito” como:

→ ato realizado de forma válida, segundo a lei vigente na época. O direito, no caso, já foi exercido e não pode, por regra, ser modificado por alteração de lei posterior.

**21-** A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a organização político-administrativa do Brasil, definindo as competências e autonomias de cada ente federativo, bem como estabelece as vedações a esses entes. Sobre o assunto, julgue as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F) e, em seguida, assinale a alternativa cuja ordem de julgamento de cima para baixo esteja correta:

( ) Os Estados não podem subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, mesmo mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

( ) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas e manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

→ F – V

**22-** Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa CORRETA.

→ Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

**23-** Ao praticar, no exercício de suas funções estatais, condutas que violem o direito, o agente público está sujeito à aplicação de punições. De acordo com a doutrina, são consideradas esferas de responsabilização do agente público, EXCETO:

→ O processo de controle exercido pelo Legislativo.

**24-** Em razão de demandas empresariais e turísticas, municípios de determinada região pretendem fundir-se num só, a fim de que aquela região seja mais facilmente identificada e compreendida como um polo turístico. Nos termos da Constituição Federal, é CORRETO afirmar que a fusão dos municípios pode ocorrer:

→ somente mediante lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

**25-** Considerando o sentido sociológico atribuído à constituição, é correto afirmar que o conceito compreende:

→ a somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade.

**26-** A Universidade Estadual Alfa, a partir de movimento progressista do seu reitor, decidiu desenvolver programa de extensão universitária com o objetivo de aproximar jovens negros de tecnologias avançadas, o que seria feito com observância da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários. Embora tenha sido muito comemorado pelos seus destinatários, o programa sofreu severas críticas da maioria dos integrantes dos corpos docente e discente. Instado a se manifestar, um conceituado jurista afirmou corretamente, à luz da sistemática legal vigente, que o programa

→ configurava uma ação afirmativa plenamente compatível com a ordem jurídica.

**27-** Identifique com ‘V’ as afirmativas verdadeiras e ‘F’ as afirmativas falsas:

- ( ) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal de 1988.
- ( ) A administração pública gerencial é orientada pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, tendo o cidadão como foco principal.
- ( ) Os territórios federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- ( ) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

Assinale a alternativa que registra a sequência CORRETA de V e F de cima para baixo:

→ V – V – F – V

**28-** Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

→ É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedada a exigência de qualificações profissionais.

**29-** João, juiz de direito no Estado Alfa, respondeu a processo administrativo disciplinar, sendo a decisão a respeito de sua condenação ou absolvição de competência do Pleno do Tribunal de Justiça a que está vinculado. Para que João possa ser considerado culpado pela prática da infração disciplinar que lhe é imputada, a condenação:

→ exige a maioria absoluta dos membros do colegiado;

**30-** Com o alegado objetivo de proteger os interesses dos consumidores situados em seu território, estabelecendo um equilíbrio entre os referenciais de oferta e demanda, o Estado-membro Alfa editou a Lei estadual nº X, dispondo que a produção das indústrias localizadas em seu território somente poderia ser direcionada ao exterior caso fosse certificado, pela Secretaria de Estado competente, que o mercado local fora regularmente atendido em suas demandas regulares. À luz da divisão de competências legislativas prevista na Constituição da República de 1988, a Lei estadual nº X é:

→ inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria;

**31-** Maria, de nacionalidade espanhola, residia no território brasileiro há mais de quinze anos ininterruptos, com uma reputação ilibada, jamais tendo sofrido qualquer espécie de sanção do Estado brasileiro. Por se identificar com a realidade brasileira, decidiu iniciar uma carreira política. À luz da sistemática constitucional, Maria:

→ é considerada brasileira naturalizada, desde que o requeira, e terá capacidade eleitoral ativa idêntica à dos brasileiros natos;

**32-** O Município Alfa, de grande potencial turístico, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de uma cultura “municipalista”, editou a Lei municipal nº X, dispondo que as empresas da área de turismo somente poderiam contratar pessoas residentes há mais de dez anos no referido Município. Essa vedação somente seria excepcionada caso demonstrada a inexistência de pessoas que preenchessem esse requisito. À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, a Lei municipal nº X é:

→ inconstitucional, pois é vedado aos entes federativos criar quaisquer preferências entre brasileiros;

**33-** Joana, residente no Município Alfa, decidiu atuar em uma profissão em relação à qual não havia regulamentação legal. Após dois anos de atuação, sobreveio a Lei federal nº X, que regulamentou a referida profissão e passou a exigir algumas qualificações profissionais para o seu exercício, qualificações estas que não eram atendidas por Joana. À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Joana:

→ em momento anterior à edição da Lei federal nº X, exerceu a profissão de maneira lícita, considerando a ausência de disciplina legal, não podendo continuar a exercê-la após a superveniência desse diploma normativo, por não preencher os requisitos exigidos;

**34-** Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

→ O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

**35-** Acerca do controle de constitucionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), na Constituição de 1988 e nas Leis federais nº 9.868/1999 e nº 9.882/1999, assinale a alternativa CORRETA.

→ A Lei federal nº 9.882/1999 foi editada com estrita observância à ordem constitucional e representa verdadeiro marco na mudança do tipo de fiscalização realizada pelo Supremo Tribunal Federal, com ênfase na tutela dos preceitos fundamentais não amparados pelos outros meios de controle concentrado de constitucionalidade.

**36-** De acordo com o texto constitucional de 1988, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Com base no exposto, é CORRETO afirmar que se trata de uma norma constitucional de eficácia:

→ contida.

**37-** Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

→ O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

**38-** O Capítulo I do Título II da Constituição Federal vigente trata sobre os direitos e garantias individuais e coletivos. Segundo o disposto no inciso XLVI do Art. 5º da referida Constituição, a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes penas:

1. Perda de bens.
2. Multa.
3. Prestação social alternativa.
4. Privação ou restrição da liberdade.
5. Prestação de trabalho compulsório.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações CORRETAS é:

→ 10

**39-** Com base nas regras de extradição previstas pela Constituição Federal do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

→ Nenhum brasileiro nato será extraditado, salvo em caso de comprovado envolvimento em crime de tráfico internacional de entorpecentes e tráfico internacional de seres humanos.

**40-** Assinale a única alternativa INCORRETA em relação aos requisitos para candidatura aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

→ Ser brasileiro nato ou naturalizado.

## QUESTÕES DE DIREITO ELEITORAL

**01-** Estará sujeito à perda do mandato eleitoral o vereador que, EXCETO:

→ Sofrer condenação criminal, ainda que não transitada em julgado.

**02-** Com base na Lei Complementar 64/90 e suas alterações posteriores, analise as afirmativas a seguir:

- I. São inelegíveis o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.
- II. São inelegíveis os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.
- III. São inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes listados na lei.

Assinale

→ se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**03-** Em determinado município, foram realizadas eleições municipais com o resultado de 50.000 votos válidos. O partido “A” obteve 25.000 votos do total, o partido “B” obteve 11.200 votos do total e o partido “C” obteve 13.800 votos. De acordo com o sistema eleitoral Brasileiro, considerando que todos os candidatos dos três partidos obtiveram o percentual de 10% para efeito de cláusula de desempenho e a câmara dos vereadores possua nove cadeiras, quantas cadeiras cada partido obteve na primeira fase de operação e quantas cadeiras ficarão para sobras a serem distribuídas nas demais fases de operação, observado o quociente eleitoral e o quociente partidário de cada um?

→ O partido “A” obteve quatro cadeiras e os partidos “B” e “C” obtiveram duas cadeiras cada um, ficando uma cadeira para ser distribuída na segunda fase da operação.

**04-** As eleições diretas para cargos políticos utilizam um sistema misto para a definição dos candidatos eleitos. O adotado nas eleições para Presidente da República, Governadores e Prefeitos de Municípios com mais de 200 mil eleitores é o Sistema:

→ Majoritário absoluto.

**05-** Os partidos políticos que cumpram as condições estabelecidas constitucionalmente terão direito ao acesso gratuito ao rádio e à televisão, na proporção de sua bancada eleita em cada eleição geral, nos termos da lei que trata da matéria. Do tempo disponível ao partido político, deverão ser destinados à promoção e à difusão da participação política das mulheres o percentual de, no mínimo:

→ 30%

**06-** Considerando a inelegibilidade reflexa constitucionalmente prevista e o fato de que os titulares dos cargos mencionados nas alternativas não se afastaram no prazo legal, é CORRETO afirmar que:

→ o filho do Presidente da República não poderá concorrer pela primeira vez a qualquer cargo nas eleições gerais em qualquer unidade da Federação.

**07-** Assinale a alternativa CORRETA no tocante aos Partidos Políticos.

→ O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais deverá ser de, no mínimo, 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas.

**08-** Arthur, candidato a deputado estadual no pleito de 2022, apresentou registro de candidatura dentro do prazo legal. Ao final do prazo previsto no Art. 16, §1º, da Lei nº 9.504/1997, seu pedido de registro de candidatura não havia sido definido em Instância ordinária, não havendo publicação de decisões a ele relativas. Na forma da lei, permitiu-se a Arthur a prática dos atos relativos à campanha eleitoral, tendo sido incluído seu nome na urna eletrônica. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal atualizada, é CORRETO afirmar que:

→ os votos obtidos por candidato cuja candidatura no dia da eleição se encontrava sub judice, na hipótese de indeferimento do registro superveniente, serão computados e considerados na definição de quociente partidário.

**09-** Considerando-se a Constituição Federal, os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no:

→ Tribunal Superior Eleitoral.

**10-** "Fazem muito mal à República os políticos corruptos, pois não apenas se impregnam de vícios eles mesmos, mas os infundem na sociedade, e não apenas a prejudicam por se corromperem, mas também porque a corrompem, e são mais nocivos pelo exemplo do que pelo crime." (MARCO TÚLIO CÍCERO. Manual do candidato às eleições. As leis, III, XIV, 32). Apresente reflexão remete à indispensável necessidade de se fiscalizar, controlar, responsabilizar e punir os comportamentos contrários à lisura, transparência e licitude em todas as fases do processo eleitoral, para a manutenção e garantia do Estado Democrático de Direito. Nesta ordem de ideias, assinale a alternativa INCORRETA:

→ O abuso de poder religioso, assim considerado como participação de líder eclesiástico nas campanhas eleitorais, em favor de si próprio, de partido político ou de candidatos, é reconhecido como ilícito autônomo, para fins de aplicação da sanção de inelegibilidade e cassação do diploma.

**11-** O Ministério Público Eleitoral – MPE – tem destacada relevância no processo eleitoral brasileiro, com diversas atribuições de fiscalização e controle, ora participando como fiscal da lei, ora atuando como legitimado/parte em ações e procedimentos eleitorais, desde as convenções partidárias, até a diplomação dos eleitos. É nesta perspectiva que se deve assinalar a alternativa CORRETA, à luz do ordenamento jurídico vigente e da interpretação jurisprudencial consolidada:

- I. A prova colhida por meio de procedimento preparatório eleitoral (PPE) não afronta a Lei 9.504/97, que veda, em matéria eleitoral, a aplicação dos procedimentos previstos na Lei 7.347/85. E tal procedimento, por ser de natureza cível, não atrai o foro por prerrogativa de função.
- II. O MPE não tem legitimidade para fiscalizar a regular aplicação das verbas do Fundo Partidário destinado às fundações vinculadas aos partidos políticos, até porque não cabe à Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar as contas anuais destas fundações.
- III. O MPE tem legitimidade para recorrer da decisão que julga o pedido de registro de candidatura, ainda que não tenha apresentado impugnação.

- IV. IV. Nas ações em que se discute a fraude às cotas de gênero, exige-se a formação de litisconsórcio passivo necessário, entre os candidatos eleitos e as pessoas envolvidas nas candidaturas fictícias.

→ Os itens I e III são verdadeiros.

**12-** Acerca dos partidos políticos, no que se refere à prestação de contas, é CORRETO afirmar que:

→ a desaprovação da prestação de contas do partido não ensejará sanção alguma que o impeça de participar do pleito eleitoral.

**13-** No que se refere aos direitos políticos, é CORRETO afirmar que:

→ são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

**14-** No que se refere a princípios e conceitos básicos afetos ao direito eleitoral, assinale a opção CORRETA.

→ À luz da tipologia que distingue democracia direta e indireta, constata-se que a Constituição Federal de 1988 consagra um modelo misto de democracia.

**15-** Desde 1995, vigoram regras de reserva de vagas para candidatas mulheres nas eleições proporcionais, com o objetivo de estimular a participação feminina na política. Mais recentemente, entraram em vigência regras com o objetivo de estimular também a participação de pessoas negras na política. Considerando o conjunto dessas medidas, assinale a opção CORRETA.

→ A legislação prevê a veiculação, nos anos eleitorais, antes do início das campanhas, de propaganda institucional no rádio e na televisão, promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral, destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política.

**16-** A respeito de coligações e federações de partidos, considerando as disposições constitucionais e a Lei n.º 9.096/1995, assinale a opção CORRETA.

→ No caso de a federação ultrapassar a cláusula de desempenho, os partidos federados manterão o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda no rádio e na televisão, mesmo que seu desempenho isolado não seja suficiente para tanto.

**17-** Em relação à representação proporcional no sistema eleitoral brasileiro, assinale a opção CORRETA de acordo com a legislação.

→ Caso nenhum partido atinja o quociente eleitoral, a regra da proporcionalidade será abandonada em favor do princípio majoritário.

**18-** No que diz respeito à elegibilidade e à inelegibilidade, assinale a opção CORRETA.

→ As causas de inelegibilidade consistem em restrições ao direito fundamental de ser votado, de modo que a interpretação delas deve ser, como regra, restritiva, e não ampliada.

**19-** Assinale a alternativa CORRETA.

→ O recurso ordinário interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral ou por Tribunal Regional Eleitoral que resulte cassação de registro, afastamento do titular ou perda do mandato eletivo será recebido pelo Tribunal competente com efeito suspensivo.

**20-** Assinale a alternativa INCORRETA.

→ Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer pessoa, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

**21-** Assinale a alternativa CORRETA no tocante aos partidos políticos, segundo o disposto na Lei nº 9.096/95.

→ Considera-se justa causa para a desfiliação partidária a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário.

**22-** Assinale a alternativa CORRETA que contém entendimento sumulado pelo TSE.

→ O encerramento do prazo de inelegibilidade antes do dia da eleição constitui fato superveniente que afasta a inelegibilidade, nos termos do art. 11, § 10, da Lei nº 9.504/97.

**23-** Nos exatos termos da Lei Complementar nº 64/1990, considere os itens a seguir.

- I. Os analfabetos são inelegíveis para o cargo, tão somente, de Presidente da República.
- II. Os Magistrados não são inelegíveis para o cargo de Presidente da República até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.
- III. Os Governadores de Estado são inelegíveis para o cargo de Presidente da República até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.

Estão INCORRETOS:

→ I e II, apenas.

**24-** Mévio, prefeito do Município X, no curso de seu segundo mandato consecutivo, em época de eleições municipais, procedeu ao seu registro de candidatura para o cargo de prefeito, em eleições que ocorreriam no Município Y, tendo sido aduzido pelo Ministério Público que a hipótese seria de inelegibilidade, na forma do parágrafo 5º, do Art. 14, da Constituição da República de 1988.À luz da legislação pátria e da jurisprudência atualizada, é CORRETO afirmar que:

→ considera-se inelegível para determinado cargo de chefe do Poder Executivo, o cidadão que já exerceu dois mandatos consecutivos, em cargo da mesma natureza, ainda que em ente de federação diversa;

**25-** A Constituição Federal estabelece no § 6º, do artigo 17: “Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.” Assinale a alternativa que NÃO constitui justa causa para a desfiliação partidária.

→ O desempenho eleitoral do partido político, embora atendida a cláusula de barreira.

**26-** Assinale a alternativa CORRETA.

→ O Ministério Público Eleitoral tem legitimidade para recorrer de decisão que julga o pedido de registro de candidatura, mesmo que não o tenha impugnado anteriormente.

**27-** Assinale a alternativa que NÃO constitui causa de inelegibilidade.

→ Aposentadoria compulsória por idade ou pedido de exoneração de magistrado ou membro do Ministério Público, pelo prazo de 3 (três) anos.

**28-** Quanto à atuação de membro do Ministério Público Estadual em matéria eleitoral, é CORRETO afirmar que:

→ o Promotor de Justiça Eleitoral desempenha suas funções perante o juízo de cada zona eleitoral (primeira instância) e também perante a Junta Eleitoral.

**29-** A lei que instituiu o Código Eleitoral brasileiro (Lei nº 4.737/1965) determina que o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a Governador, será processado e julgado originariamente por:

→ Tribunais Regionais Eleitorais.

**30-** Assinale a afirmativa CORRETA em conformidade com a Lei nº 4.737/1965.

→ O Tribunal Superior Eleitoral elegerá para seu presidente um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

**31-** Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu capítulo que trata dos Direitos Políticos, são considerados INELEGÍVEIS:

→ Os inalistáveis e os analfabetos.

**32-** A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data:

→ da posse.

**33-** Em relação à justiça eleitoral, julgue os itens subsequentes.

- I. A justiça eleitoral desempenha sua função administrativa ao preparar, organizar e administrar o processo eleitoral.
- II. Compete ao TSE julgar originariamente o registro de candidatura ao cargo de senador.
- III. Não há impedimento legal para que cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o segundo grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, venham a compor o TSE na qualidade de magistrados.
- IV. Compete privativamente ao tribunal regional eleitoral propor diretamente ao Congresso Nacional a criação ou supressão de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos.

Assinale a opção CORRETA:

→ Apenas o item I está certo.

**34-** No que se refere ao Ministério Público Eleitoral (MPE), assinale a opção CORRETA.

→ O cargo de procurador-geral eleitoral é exercido pelo procurador-geral da República.

**35-** No direito eleitoral, as fontes formais estatais, que são aquelas elaboradas pelo Estado e que devem ser seguidas por todos no país, incluem, entre outras:

- I. A Constituição Federal de 1988 (CF).
- II. II. A consulta.
- III. III. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n.º 9.096/1995).
- IV. IV. A Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar n.º 64/1990).
- V. V as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Assinale a opção CORRETA:

→ Todos os itens estão certos.

**36-** Conforme a Lei das Inelegibilidades, a Lei Complementar nº 64/1990, é correto afirmar, EXCETO:

→ São inelegíveis para o cargo de deputado estadual os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta dos Estados, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, suspendendo-se o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

**37-** Nos termos da Lei Federal nº 9.096/1995, a Lei dos Partidos Políticos, estão corretas as seguintes afirmativas, EXCETO:

→ O partido político, pessoa jurídica de direito público, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

**38-** Considerando as disposições acerca das inelegibilidades, julgue os itens seguintes.

- I. São inelegíveis, em qualquer hipótese e para quaisquer cargos, os analfabetos e os militares alistáveis.
- II. Os prazos para a desincompatibilização eleitoral são contados com base no dia da eleição e variam de três a seis meses, dependendo da classe a que o agente público pertence.
- III. III. Compete ao TRE conhecer e decidir, originariamente, a arguição de inelegibilidade em face de candidatos a prefeito e vice-prefeito.

Assinale a opção CORRETA.

→ Apenas o item II está certo.

**39-** Assinale a opção que indica CORRETAMENTE uma fonte material do direito eleitoral.

→ Fatos sociais que impactam na produção de normas eleitorais.

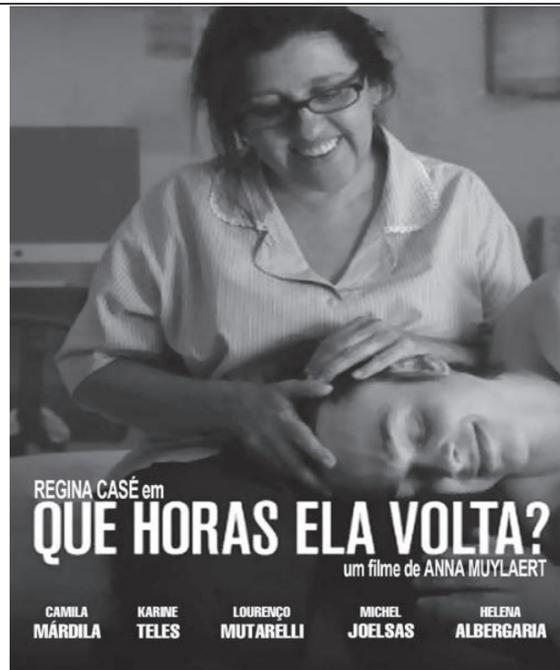
**40-** Ana e Inês, dirigentes de duas emissoras de rádio e televisão, travaram intenso debate a respeito do direito dos partidos políticos a acesso gratuito ao rádio e à televisão. Ana afirmou que:

- (1) o acesso está previsto em norma constitucional, dependendo, para sua total eficácia, de integração pela legislação infraconstitucional;
- (2) está associado a uma cláusula de desempenho, considerando o número de Deputados Federais que o partido elegera na última eleição, além da forma de distribuição de parlamentares e votos válidos entre as unidades da federação. Inês, por sua vez, ressaltou que;
- (3) a cláusula de desempenho, qualquer que seja ela, não pode afastar um partido político, por completo, do referido acesso gratuito, o que afrontaria o pluralismo político; e
- (4) o preenchimento, ou não, dos requisitos da cláusula de desempenho não se projeta nas relações mantidas pelo partido político com os candidatos que elegera. Irene, ao dar a palavra final no debate entre Ana e Inês, conclui CORRETAMENTE que:

→ apenas as informações 1 e 2 estão corretas.

## QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

01 -A frase, título do filme, reproduz uma variedade linguística recorrente na fala de muitos brasileiros. Essa estrutura caracteriza-se pelo (a):



→ apagamento de uma preposição.

02- Os linguistas têm notado a expansão do tratamento informal. “Tenho 78 anos e devia ser tratado por senhor, mas meus alunos mais jovens me tratam por você”, diz o professor Ataliba Castilho, aparentemente sem se incomodar com a informalidade, inconcebível em seus tempos de estudante. O *tu*, porém, não reinará sozinho. O *tu* predomina em Porto Alegre e convive com o *tu* no Rio de Janeiro e em Recife, enquanto o *tu* é o tratamento predominante em São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador. O *tu* já era mais próximo e menos formal que o *tu* nas quase 500 cartas do acervo on-line de uma instituição universitária, quase todas de poetas, políticos e outras personalidades do final do século XIX e início do século XX.

No texto constatasse que os usos de pronomes variam ao longo do tempo e que atualmente têm empregos diversos pelas regiões do Brasil. Esse processo revela que:

→ a possibilidade de se usar tanto “tu” quanto “você” caracteriza a diversidade da língua.

03- Considerando a coesão textual, o elemento:

**Regina Anastácia**

Conceição Evaristo

— O meu nome é Regina Anastácia.

Assim que ouvi essas primeiras palavras de Anastácia e contemplei o seu porte tão altivo, fui tomada por uma enorme emoção. [..]

A) “**assim**” faz referência ao porte altivo da personagem Regina Anastácia.

→ “**essas**” é usado para retomar a fala da personagem Regina Anastácia.

04- Assinale a opção em que todos os vocábulos grafados com **e** ou **i** estão escritos corretamente.

→ veado / pior / casimira.

05- Assinale a opção que apresenta uma variação popular de linguagem.

→ Observem que o tal consórcio da imprensa reúne grandes jornais relacionados a uma mesma ideologia.

06- Todas as frases abaixo trazem metáforas ou comparações; a opção em que o motivo da comparação está identificado de forma adequada, é:

→ Em sala de aula, meu professor de História parecia uma biblioteca / carregava muitos livros consigo;

07- A frase abaixo que apresenta uma relação lógica corretamente estabelecida, é:

livro está para capa como travesseiro está para fronha;

08- Na frase “Deve-se ter **discrição** na **descrição** dos fatos”, os termos destacados estabelecem, entre si, uma relação de:

→ Paronímia.

09- Que figura de linguagem está presente na frase abaixo?

“Mariana quebrou o braço do sofá”.

→ Catacrese.

10- Há **ERRO** de acentuação gráfica em:

→ Em nossa casa, uns apóiam os outros.

**Questão 11-** Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de hipérbole.

→ Ela quase morreu de tanto que riu da piada.

**Questão 12-** Assinale a alternativa que apresenta erro de concordância verbal.

→ A multidão gritavam por socorro.

13- Assinale a alternativa na qual o verbo assistir signifique ver.

→ as crianças assistiam ao filme.

Vamos interpretar a história em quadrinhos “O vendedor” para responder as questões 14 e 15:



14- No segundo quadro da tirinha, a fala do menino é marcada com um duplo ponto de exclamação. Isso reforça:

→ O apelo para vender.

15- Nos dois primeiros quadros da tirinha, podemos perceber que o menino:

→ oferece a sua mercadoria aos gritos.

16- O humor dessa tirinha se embasa **principalmente** no fato de:



→ a senhora ter evidenciado que não gosta de jiló.

17- Assinale a opção que apresenta o provérbio que não mostra uma comparação.

→ “As pegadas na areia não são deixadas por quem fica sentado”.

18- Analise as frases a seguir, considerando o predicado nominal.

- I. “Ando devagar porque já tive pressa”.
- II. “Numa folha qualquer eu desenho um navio de partida”.
- III. “Fiz greve de fome, guerrilhas motins”.
- IV. “Você é linda”.

Classifica-se como predicado nominal nas frases

→ IV, apenas.

19- Os termos destacados a seguir estão corretamente identificados entre colchetes, exceto em:

→ “As cores se alteram, segundo os cientistas, devido à rotação [...]” [ADJETIVO]

20- Segundo as regras de acentuação da gramática normativa, as palavras "telégrafo", "código" e "telegráfico", que aparecem no texto, recebem acento porque são

→ proparoxítonas.

21- A personificação é uma figura pela qual se faz os seres inanimados ou irracionais agirem e sentirem como pessoas humanas. Por meio dessa figura, também chamada prosopopeia e animização, empresta-se vida e ação a seres inanimados. A hipérbole é uma figura de pensamento que consiste em uma afirmação exagerada, uma deformação da verdade que visa a um efeito expressivo. A alternativa que contém os dois tipos de figura, uma em cada período, respectivamente, é

→ A ciência abre a porta para um novo tipo de espiritualidade. / Consumimos o planeta com um apetite insaciável.

22- “Variedades linguísticas são as variações que uma língua apresenta, de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada”. (CEREJA & MAGALHÃES, 2013, p. 30).

A partir do conceito apresentado, leia a charge.



Sobre as variações linguísticas presentes na charge, preencha corretamente as lacunas do texto a seguir.

Há a variação \_\_\_\_\_ na medida em que representa um local específico onde vivem os falantes, ou seja, a seca é principalmente característica de quem vive no Nordeste. Há, também, a variação \_\_\_\_\_ que depende do contexto, isto é, a ocasião determina a maneira informal dos falantes se comunicarem. Além das duas variações, destaca-se ainda a \_\_\_\_\_ quando ocorre em virtude da convivência entre os falantes. Como exemplo desta última variação, na charge, há expressões populares no linguajar de um grupo social específico. A sequência que preenche corretamente as lacunas do texto é:

→ diatópica / diafásica / diastrática

23- Suponha o texto abaixo escrito hipoteticamente por um aluno.

“Toda a humanidade estaria condenada ao sofrimento se houvesse um juízo para as vicissitudes do amor”. Assim, comecei a carta que recebi de minha doce amada a quem havia feito sofrer recentemente. Não precisava ela de o lembrar a mim. Em nosso último encontro, às margens do Rio Ipiranga, gritei efusivamente: - Digo ao teu coração que parto agora! Ali naquela hora sei que o fermento provocado interessou sua alma de tal modo que ela sucumbiu. A vida é suas decisões já me dizia meu velho pai! O que se há de fazer? Agora é deixar as lágrimas correrem e esperar outro amor se aproximar.

Analise as afirmativas abaixo feitas sobre o texto.

1. O texto está coeso e é coerente.
2. O aluno possui bom vocabulário.
3. Há alguns desvios de regência verbal, mas que em nada prejudicam a mensagem do enunciador.
4. Não há erros de concordância verbal e/ou nominal.
5. O texto, fazendo referência irônica a fato histórico, faz uso inapropriado da língua e fere o princípio da autoria.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

→ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

24- Considerando as regras de Regência Verbal e Nominal, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto abaixo.

A carreira de engenheiro era incompatível \_\_\_\_\_ suas habilidades. Ele aspirava \_\_\_\_\_ um curso a que não tinha a menor vocação.

→ com/ a.

25- Na frase: “Como **realmente** foi o ano?” A palavra em destaque pode ser classificada em:

→ Advérbio.

26- Assinale a alternativa **CORRETA** no que diz respeito ao uso da crase:

→ na oração: *João Bedelho saiu às pressas*, a crase ocorre, pois *às pressas* é uma locução adverbial, e algumas locuções adverbiais, como *às vezes*, exigem o uso da crase.

27- Sobre regência e concordância, avalie a seguir:

- I. A sintaxe de regência ocupa-se das relações de dependência que as palavras mantêm na frase. É o modo pelo qual um termo rege outro que o complementa.
- II. Além dos verbos e dos substantivos, os adjetivos e os advérbios também se valem das preposições para terem seus sentidos completados.
- III. Concordância é o princípio sintático segundo o qual as palavras dependentes se harmonizam, nas suas flexões, com as palavras de que dependem.
- IV. Os adjetivos, pronomes, artigos e numerais concordam em gênero com os substantivos a que se referem.

Quais estão corretas?

→ I, II, III e IV.

28- Observe o fragmento de texto abaixo, atentando para os termos destacados em maiúscula:

“Essa e outras mudanças foram possíveis GRAÇAS À TECNOLOGIA E À FORMA como ela avança cada vez mais”.

Sobre esses termos destacados, eles são exemplos de

→ Regência Nominal.

29- A seguinte sequência de nomes foi escrita obedecendo a um padrão lógico:

**Amanda; Carlos; Elaine; Gabriel; ...**

Seguindo esse padrão, qual seria o próximo nome?

→ Irene.

30- Em “Não me abandone”, temos um caso de colocação pronominal do tipo:

→ Próclise

31- Na frase: **PROIBIDO A PASSAGEM DE PEDESTRES**, encontra-se um erro de:

→ **Concordância nominal.**

32- Em “Sim, estou satisfeito com os resultados. Porém; era a única opção que eu tinha”. Sobre a pontuação, é CORRETO afirmar que:

→ **Há mal uso do ponto-e-vírgula.**

33- A redação oficial não é necessariamente árida e contrária à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.

Com base nas informações do texto, assinale a alternativa correta.

→ **O uso do padrão culto nos textos oficiais não pode ser confundido com a supervalorização de uma linguagem rebuscada ou carregada de termos técnicos.**

34- No trecho “A Comissão Europeia, o braço executivo da UE, anunciou em abril de 2021, pela primeira vez, um plano para um conjunto de regras de IA” (7º parágrafo), em termos morfosintáticos, os segmentos destacados são classificados respectivamente como:

→ **aposto e adjunto adverbial**

35- Assinale a alternativa que indica corretamente um dos desvios da norma gramatical existentes no texto.

01 | Senhores Chefes, Cumprimentando-os **cordialmente**, cumpre-nos, com o firme propósito de aprimorar a  
02 | instrução de processos de licitação, e, com o objetivo de dar **cumprimento** à recomendação da Controladoria  
03 | Geral da União – CGU, constante da Solicitação de Auditoria nº 20110899/005, determinar que, doravante, a  
04 | unidade dirigida por Vossa Senhoria **passe** a adotar, no que couber, quando da solicitação visando à aquisição de  
05 | bens, critérios de sustentabilidade ambiental que levem em consideração os processos de extração ou fabricação,  
06 | utilização e descarte dos produtos e matérias primas.

07 |  
08 | A guisa de orientação, descrevemos no quadro abaixo, alguns desses critérios.

09 |  
10 | (...)

→ **Ausência do acento de crase em “A guisa” (linha 08).**

36- Bahar pretende acessar documentos necessários à elaboração de um livro que contará parte da história do Brasil sob nova perspectiva. Ao solicitar acesso a documentos guardados em órgãos públicos, recebe negativa de exame por constar restrição determinada pelas autoridades. Após pesquisa, verifica que a restrição seria parcial, não abrangendo a totalidade da documentação. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, é assegurado acesso à parte não sigilosa por meio de:

→ **extrato**

37- O vocativo **Excelentíssimo Senhor** é empregado para todas as autoridades abaixo, exceto:

→ **Ministros de Estado**

38- Considere as afirmativas seguintes sobre redação de documentos.

I. Correspondência oficial utilizada por autoridades, para tratar de assuntos de serviço ou de interesse da Administração.

II. Com estrutura específica, esse documento deve, de início, ser numerado em ordem sequencial, com sigla do órgão expedidor e data.

III. Na exposição do assunto, os parágrafos devem ser numerados, com exceção do primeiro e do fecho.

IV. Encerra o assunto a fórmula Atenciosamente ou Respeitosamente, seguida da assinatura e do cargo do emitente.

Trata-se de

→ **ofício.**

**39-** Ao redigir atos normativos e comunicações, o Poder Público faz uso de um tipo específico de redação, mais conhecida por Redação

→ **oficial.**

**40-** Instrumento de comunicação interna, utilizado por dirigentes e chefes, numa empresa ou repartição pública, através do qual são transmitidas informações ou solicitações de caráter rotineiro.

→ **memorando**